



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

**DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA: A RELAÇÃO ENTRE O CAPITALISMO, RACISMO E
A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**

CAMILA TAVARES LIMA SILVA¹

LENICE NASCIMENTO DA SILVA²

ANA CAROLINA SILVA DE OLIVEIRA³

MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA⁴

YASMIM ELIAS P. DE CARVALHO⁵

RESUMO:

Os desastres ditos como naturais refletem a utilização descompensada da biodiversidade. A relação entre o modo de produção capitalista e o avanço da degradação ambiental, manifesta a superexploração da vida, tanto da natureza quanto do ser humano. No Brasil, o escravismo viabilizou a maior extração de recursos naturais, matéria-prima, para a acumulação capitalista da colônia Portuguesa.

Palavras-chave: 1;Meio Ambiente 2;Capitalismo 3;Racismo 4;Desastres ambientais 5;Serviço Social

ABSTRACT:

Disasters called natural reflect the uncompensated use of biodiversity. The relationship between the capitalist mode of production and the advance of environmental degradation, manifests the overexploitation of life, both of nature and of the human being. In Brazil, slavery made possible the greatest extraction of natural resources, raw material, for the capitalist accumulation of the Portuguese colony.

Keywords: 1; Natural Environment 2; Capitalism 3; Racism 4; Natural Disasters 5; Social Service

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Desde a chegada dos Europeus, através das grandes navegações, a lógica que se deu nessas terras foi a de expropriação e de extração. Expropriação dos bens e riquezas naturais encontrados em abundância na colônia brasileira de forma perversa e sem escrúpulos e a extração de vidas que se tornaram corpo-mercadorias - vidas negras e indígenas - que foram dizimadas através da lógica do comércio escravagista. Projeto societário este fortalecido pela participação ativa e pela anuência da Igreja Católica, responsável por catequizar esses corpos tidos como profanos, bem como ocorreram muitas mortes por meio do contato cruel dos portugueses com os indígenas, trazendo um conjunto de doenças.

Aspectos esses que ao relacionarmos com o aprisionamento dos/as trabalhadores/as à terra, através do escravismo colonial, enquanto que na Europa em fins do século XV e início do XVI vivenciava-se o processo de acumulação primitiva do capital, temos o que se tratou de uma inserção subordinada aos interesses de Portugal, por meio do projeto colonizador. (Corato, 2022), ou seja, a formação nacional se deu de modo a possibilitar a acumulação de fortunas do país colonialista, em nosso caso foi Portugal, explorando ao máximo tudo o que era possível, o que inclui tanto o meio ambiente, a fim de obter matéria-prima, quanto os seres desumanizados através da escravização.

Uma conexão entre força de trabalho humano, terra e meio ambiente é estabelecida junto ao modelo de desenvolvimento relacional e econômico empregado por essa dominação. Sistemicamente, não apenas sustentou o capitalismo mercantil e colonial, como também constituiu uma organização social produtora de desastres ambientais e sociais enfrentados no presente⁶. Desse modo, propomos uma reflexão sobre a condição ambiental e de mudanças climáticas como refração do avanço do modo de produção capitalista, além de expor como o racismo opera pela manutenção da dominação do *território corpo* e *território terra* (Nunez, 2022). Pois, assim como a degradação ambiental, a racialização e desumanização de *outras* populações assume uma função orgânica às estruturas coloniais fundamentais para a consolidação do capitalismo.

Para isso, dividimos o trabalho em três tópicos: o primeiro “Modo de produção escravista colonial: uma economia da barbárie – os determinantes econômicos da chamada crise climática” com a exposição das perversas estratégias de dominação de negros/as e indígenas para o

⁶ Ver “Ecologia Decolonial (Ferdinand, 2022)” e “Antropoceno ou Capitaloceno? (Moore, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crescimento do país colonialista. O segundo “Capitalismo dependente e a produção social dos chamados desastres ambientais”, para fundamentar como os países periféricos foram explorados para a construção do Capitalismo Imperialista, nas custas de uma degradação extrema de seus territórios e, por fim, o terceiro, “Propondo a relevância da temática para o Serviço Social”, visto que a sua construção objetiva colaborar com a reflexão da categoria profissional de assistentes sociais e de estudantes da graduação em Serviço Social, insurgindo uma escolha crítica para a atuação profissional frente ao sistema de exploração da vida e em acordo com o princípio de aprimoramento intelectual expresso em nosso código de ética⁷.

1- Modo de produção escravista colonial: uma economia da barbárie – os determinantes econômicos da chamada crise climática

A compreensão do presente estado de irrefreáveis desastres ambientais e ecológicos solicita que nos voltemos à história de construção e desenvolvimento do país e região. Isso quer dizer que, uma observação crítica e instrumentalizada pelo referencial teórico marxista sobre a nossa formação social possibilita a perspectiva de que o modo de produção capitalista em que vivemos é uma herança do modelo econômico da escravidão que durou de 1500 a 1888. Não se pode ignorar o fato de que há mais tempo histórico de escravismo (388 anos) do que de República (134 anos) no Brasil (Corato, 2022).

O progresso civilizacional capitalista estabelece relacionamentos violentos entre os seres humanos e também de dominação dos recursos naturais, de exploração e violação do planeta e das subjetividades. O período de modernização e das grandes navegações origina o que podemos nomear de sistema mundo⁸. Esta modernidade constitui a diferenciação entre humanos e não humanos, humanos e natureza, além de estipular uma superioridade racial e sexista capaz de impor a aceitação do modelo de desenvolvimento. Trata-se aqui das ações de modernização da vida e do espaço, de substituição das *outras histórias* por uma única possibilidade de ser

⁷ Resolução CFESS nº273/93 de 13 de março de 1993 - que expressa o compromisso com o aprimoramento intelectual em dois princípios fundamentais, são eles: 7º “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante **aprimoramento intelectual**” e no 10º “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o **aprimoramento intelectual**, na perspectiva da competência profissional” (p.18 *grifos nossos*).

⁸ Para Theotônio dos Santos (2000), a teoria do sistema mundo propõe uma abordagem analítica em que a economia mundial nada mais é que uma rede interconectada de relações econômicas, políticas e sociais. Essa perspectiva é uma das bases da Teoria da Dependência, que Santos ajudou a desenvolver.

humanidade. Sob estes ditames está a construção da nacionalidade brasileira, bem como da América Latina.

Portanto, a dinâmica de desenvolvimento econômico imposto à colônia, em que o escravismo representa a principal dinâmica de trabalho, foi a de produção subordinada à alta demanda de matéria prima (natureza) pelo mercado mundial. Dessa forma, institui-se uma condição de dependência econômica determinante para as relações na colônia e no mundo, fabricando “relações entre capital e trabalho” que “escorrem sangue e lama” (Marx, 1977, p. 926 [2011, p.830] apud Moore, 2022, p. 144).

Por conseguinte, torna-se imprescindível considerar a importância do sistema agrário exportador para o desenvolvimento capitalista, seja no âmbito interno da sociedade brasileira ou externa (Corato, 2022).

A escravização se utilizou da transformação de corpos em mercadoria viabilizando o acúmulo de riquezas das propriedades agrárias. Tal como inviabilizou a estabilidade financeira e o trabalho para subsistência da população negra no pós-abolição, impossibilitando que houvesse por este grupo a propriedade de terras. Enquanto favorece a integração social e econômica de imigrantes europeus pobres que, financiados pelo Estado, vieram exercer o trabalho livre nas fazendas de produção para exportação. Um outro motivador dessa ação afirmativa foi a disseminação de ideias eugenistas, cujo principal objetivo era embranquecer a população. Em Gorender, 2016 apud Corato, 2022.p.138:

O Brasil está localizado entre as nações que foram colonizadas, somos um país que entre 1500 e 1888 vivemos a experiência nefasta da escravidão como modelo econômico central, o qual foi desenvolvido na fase do capital mercantil, em que a organização econômica interna, imposta pela Coroa portuguesa, se ancorou primeiramente na extração de riquezas naturais, em seguida na produção agrícola monocultural para exportação, com o uso de grandes extensões de terras e da utilização da mão de obra escravizada, o assim denominado sistema de plantagem (ou plantación).

Sendo assim, como expõe a autora, para entender como chegamos a esse ponto de desastres (não)naturais é imprescindível apontar as implicações econômicas características de uma nação gestada na colonização. Faz-se necessário considerar que tal modelo econômico sempre esteve subordinado à extração massiva de recursos naturais e desobrigado a considerar desdobramentos ambientais, como a destruição de florestas tropicais para abrir espaço para as *plantations*. Esta é uma das atividades que contribui significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, sendo um fator chave na atual crise climática (Ferdinand, 2022).

A monocultura e o desmatamento predominante nas economias de produção capitalista, iniciado no sistema colonial, não apenas empobrece a biodiversidade, mas também contribuiu para o esgotamento do solo e a alteração dos ciclos hidrológicos. Moura (2014) destaca que o desmatamento para a expansão agrícola liberou grandes quantidades de carbono armazenado, acelerando o processo de aquecimento global. Atualmente sofremos com as ações da elite agrária que são responsáveis pela escassez de terras férteis, além de ser uma disputa estritamente relacionada à reforma agrária, que pauta o uso das terras produtivas de forma mais natural e humanizada por trabalhadores do campo e suas famílias.

Um mecanismo usado pela elite agrária foi a Lei de Terras, utilizada para barrar o negro recém liberto de ter onde se estabelecer e trabalhar, empurrando esse contingente populacional para a miséria. Do ponto de vista legal, a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, Primeira Lei de Terras no Brasil, estabelecia que:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.
Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (BRASIL, 1850)

Com isso, quem hoje detém o poder, que é fruto da herança dos grandes latifundiários, ex senhores de escravizados, são hoje também os capitalistas apoiados e respaldados pelo Estado, que continuam a expropriar a terra e as pessoas sem precedentes, gerando os desastres que querem que sejam vistos como naturais. Observando a cronologia dos fatos, os desastres que acontecem hoje são uma resposta da natureza frente à crise capitalista tendo como base a colônia dependente.

Além disso, o uso do trabalho escravo eliminou qualquer incentivo para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis. A subjugação da força de trabalho de povos escravizados, bem como dos seus conhecimentos sobre a natureza, facultou um extrativismo exacerbado, resultando num estado de degradação ambiental e alterações climáticas planetárias que dificilmente serão revertidas. A lógica da acumulação de riquezas a qualquer custo, inclusive o custo da vida humana, é a lógica central do capitalismo. E como uma das heranças do colonialismo, a atual crise climática agudiza a desigualdade global das estruturas econômicas e sociais estabelecidas durante o período colonial, como por exemplo a maior exposição a riscos variados que alguns grupos sociais experienciam diante dos eventos climáticos extremos.

Durante o processo de colonização da América (espanhola e portuguesa) pelas potências europeias, as colônias eram consideradas somente colônias de exploração. Ou seja, as atividades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realizadas nesse período no território eram extremamente fundamentais para o comércio mercantil da metrópole.

Já acumulamos o suficiente para sabermos que o objetivo de Portugal sempre foi obter lucro e não de efetuar uma troca cultural com outros povos, e por esse motivo que o encontro entre essas civilizações distintas se deu a base de muita violência.(Corato,2022,pg.139)

Como o território brasileiro era considerado uma colônia de exploração, não havia nenhum tipo de precaução para lidar com o ecossistema brasileiro, pois o objetivo principal desde o princípio foi a extração de todos os recursos possíveis do território. Com isso, era necessário um grande complexo agroindustrial que exigia muito investimento. O governo geral foi estabelecido no marco do escravismo pleno, caracterizando uma submissão à coroa portuguesa e indicando uma forte dependência à metrópole. Era constituído por diversos aparatos administrativo, judiciário, político e econômicos voltados totalmente para o mercado europeu, representando uma estrutura consolidada para a prática do latifúndio escravista com apoio da Metrópole.

A questão que se atualizou é que os países capitalistas dependentes mantêm-se subordinados aos interesses do capital internacional na era dos monopólios e da financeirização, situação essa condicionada pela divisão internacional do trabalho.(Corato, 2022, pg. 124)

Ou seja, a agricultura, assim como a monocultura, dadas pelas formas como aconteceram e ainda acontecem, revelam o modo como o racismo impera na divisão social do trabalho. O autor Clóvis Moura 2014 *apud* Corato 2022, pg.150, traz grandes contribuições sobre essa dinâmica, além de explicitar como se deram as resistências organizadas:

Ao contrário de algumas análises, entendo que as classes fundamentais no modo de produção escravista eram os escravizadores versus as/os escravizadas/os, e a luta travada entre elas, eram as lutas de classes, em que de um lado estavam os escravizadores querendo permanecer escravizando e no extremo oposto estavam as pessoas negras e indígenas postas como escravizadas lutando por liberdade e condições dignas de vida (MOURA, 2014, *apud* Corato 2022, pg.150)

Importante salientar que as populações escravizadas lutaram radicalmente para travar possibilidades de liberdade, observando que a escravização não foi um processo natural ou harmonioso, ou até mesmo pacificamente recebido pelos negros africanos/brasileiros e indígenas.

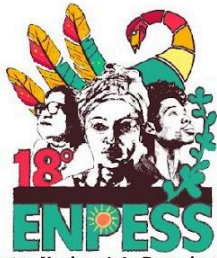
2. Capitalismo dependente e a produção social dos chamados desastres ambientais

Entre as décadas de 1950 e 1960 foram desenvolvidas na América Latina algumas teorias de análise do desenvolvimento do sistema de produção capitalista em países subordinados àqueles de capitalismo central, como por exemplo a “teoria da dependência”. Neste trabalho nos atemos à corrente marxista desse arcabouço teórico, cujo um dos seus principais objetivos consiste em desmistificar as estratégias de manutenção e expansão do capitalismo globalizante na região (Duarte e Gracioli, 2007). Além de sugerir uma compreensão crítica sobre o subdesenvolvimento enquanto produto da organização econômica mundial e não meramente como uma etapa da evolução societária, busca-se entender de que forma relações de poder e exploração são sustentadas.

Aspectos históricos são concebidos como elementos fundamentais na apreensão do processo de formação social e econômica dos países à luz da teoria da dependência. E, ao apontar que o “subdesenvolvimento não é falta de desenvolvimento” e sim a outra face da mesma moeda capitalista, é suscitada uma nova interpretação a respeito do “tipo de vinculação estabelecido entre as economias nacionais e o mercado mundial” (Duarte e Gracioli, 2007). A exploração intensiva dos recursos como uma abordagem para ascender o sistema capitalista desenvolve-se no contexto de um sistema colonial ao passo que também determina a contribuição econômica de cada uma das partes do globo. O sistemático fornecimento de matérias-primas é perpetuado pelo extrativismo livre e a exportação de commodities.

Para além da exploração econômica, a colonização atingiu a subjetividade cultural de populações existentes na América Latina, cujo modo relacional com a natureza detém historicamente o princípio de preservar as vidas e a coexistência em harmonia. Para que fosse necessária a consolidação das técnicas de desenvolvimento/evolução humana e social era necessário instaurar uma “nova maneira de ver e ordenar a realidade. Só era possível conquistar o globo sendo capaz de vê-lo” (Moore, 2022, p. 193). Desse modo, uma suposta superioridade moderna do ocidente que compreendia nos outros modos de organização social uma resistência ao desenvolvimento, utilizando da estratégia de estabelecer a dicotomia entre humanos e não humanos, homem e natureza e assim por diante, para a legitimação daqueles que seriam dignos ou não da humanidade e liberdade humana. Sabendo que, enquanto natureza são todos aqueles não humanos cuja parcimônia moral eurocentrada permite a violentação e a dominação, por esta razão estão equiparados ao conceito de natureza.

A relação entre o sistema mundo e as mudanças climáticas é complexa e reiteradamente ilustrada sem considerar a perspectiva de questionar-se “De que fato em diante devemos estudar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a busca pela sustentabilidade e pela compreensão das mudanças climáticas?”. Somé (2007) discorre sobre uma peculiar relação entre humanidade e natureza quando diz que “[...] a terra sempre havia sido do povo. Todavia, as pessoas não a consideravam sua. Elas viam a terra como se fosse espírito, como algo emprestado.” Em seguida, essa mesma autora explora como que, conseguinte a evolução da regulamentação de terras em Burkina Fasso, Gana e Costa do Marfim a partir de 1980, são postas algumas restrições políticas ao povo Dagara. Restrições estas que estabeleciam uma outra finalidade à natureza, a de torná-la útil ao desenvolvimento daquele território, impondo assim uma cosmologia de vida que preconiza a finalidade desenvolvimentista da relação humana com o ambiente.

A introdução da cultura de “possuir a terra” denota uma interpretação substancialista ocidental sobre a natureza como elemento extra-humano (ou não humano), compreendendo que aquilo que é extra-humanidade pode ser possuído ou adquirido. Esta separação brutal entre homem e natureza, como aponta Moore (2022), é produto do racionalismo cartesiano, um pensamento estabelecido por Descartes em obras como o “Discurso do Método” (1637) e “Meditações Metafísicas” (1641). O autor Jason Moore sustenta uma tese dualista a respeito do ser humano, conhecida como “dualismo cartesiano”. Segundo esta teoria, o homem é constituído por duas substâncias: a alma, ou coisa pensante (*res cogitans*), e o corpo, ou coisa extensa (*res extensa*). Uma das estratégias de colonização constituiu-se exatamente nessa diferenciação, na substituição da organicidade entre humanos e natureza pela distinção entre o que é ou não considerado humano. A humanidade não foi possibilidade para aqueles considerados iguais ou inferiores à natureza nesta relação de dominação.

A respeito das mudanças climáticas no Brasil, é incluído o reconhecimento do papel da desigualdade social nacional para os impactos intergeracionais dessa condição terrestre. Temas ambientais são atravessados pela realidade desigual da sociedade brasileira, precisamente em estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. A ocorrência de eventos com baixa condição de previsibilidade e de resposta se mostra prejudicial à forma dada como única/correta de interação com o meio ambiente. O que estamos a chamar de mudanças climáticas é na verdade a perda do controle sobre os processos cíclicos da terra e uma incapacidade de proteger a vida humana nesse novo ritmo já posto.

É correto afirmar que, enquanto sociedade, estamos sim mais atentos aos desafios provocados pelas atividades humanas sobre a natureza, e aqui elencamos algumas possíveis

razões: (I) para preservar as condições produtivas a partir de uma melhor gestão dos recursos naturais e (II) para a manutenção da vida humana no planeta.

Contudo, um diagnóstico somente antropocêntrico da jornada humana sobre a terra é incapaz de analisar como são produzidos desastres e, ainda mais, como são naturalizados. Como sugerido pelo conceito Antropoceno, preservando uma narrativa de poder que subtraia as categóricas condições coloniais de produção da sua metodologia de análise da incidência humana sobre o meio ambiente, algo como “ocultar as condições coloniais de produção da técnica” (Ferdinand, p. 2, 2022). Assim, a visão antropocêntrica também omite as contribuições do sistema econômico colonial para o presente contexto ambiental.

As tendências de universalização das experiências anteriores aos desastres, bem como posteriores, acarretam planos de mitigação ou contingência que são insuficientes para a proteção social de todos os envolvidos. Pois é durante o procedimento elaborativo de respostas genéricas e homogeneizadoras que são suprimidas complexidades das relações sociais inerentes ao modo de produção. Dessa forma, a realidade passa por um processo de simplificação do real, ou seja, um desastre passa a ser somente um fato iminente inscrito na zona da natureza e distante da sociabilidade dos recursos naturais humanos e não humanos. Essa percepção do que vem a ser um evento climático e/ou ambiental extremo despreza a contribuição histórica do sistema produtivo hegemônico e todas as suas variáveis econômicas, a exemplo a exploração humana de populações negras e indígenas.

Isso significa que, ao focar exclusivamente num impacto humano generalizado sobre o meio natural, essas narrativas negligenciam as nuances das desigualdades sociais, econômicas e políticas que contribuem para a degradação ambiental e acirram as manifestações da crise climática. Sendo importante destacar que os desafios ambientais contemporâneos consistem em eventos interconectados à produção. E a relevância da sua discussão está em como suas ocorrências tensionam expressões da questão social, a exemplo, o racismo.

3. Propondo a relevância da temática para o Serviço Social

A dimensão investigativa do Serviço Social permite que as/os profissionais possam produzir conhecimento acerca dos seus objetos de atuação profissional. E, estabelecida uma relação de unidade com a prática o que torna possível sistematizar o cotidiano e seus desafios para o exercício técnico, bem como para produzir o conhecimento acerca do trabalho profissional, pois tanto poderá aprimorar as ações que materializam o trabalho realizado por essa categoria,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quanto poderão surgir novos conhecimentos humanos, os quais poderão ser utilizados por outros profissionais do Serviço Social e demais categorias. Decerto, não se trata de uma receita de bolo por não se tratar de simples execução de etapas e alguns dos princípios do Código de Ética de 1993 poderiam subsidiar a absorção desse debate concomitantemente às discussões já propostas acerca das refrações sociais do modo de produção capitalista com referencial marxista que compõem o ciclo formativo do Serviço Social, seriam eles:

- “III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;” (CFESS, 1993, pg 17-18)

A abordagem do tema sob orientação da teoria social crítica é capaz de contribuir para a formação de Assistentes Sociais atentos/as/es à correlação de forças que disputam tanto a significância social de eventos climáticos e ambientais extremos, quanto às técnicas de intervenção profissional. Afirmar que os desastres ambientais são produzidos socialmente pelo capitalismo e são expressões da questão social nos permitiria entender a centralidade da natureza para o capitalismo e as relações estabelecidas após sua hegemonia deste sistema produtivo. No entanto, a absorção desta temática deve ser conjugada à absorção dos estudos acerca da determinação econômica da escravização de povos pretos e indígenas, para que não sejam desconsideradas as implicações do sistema colonial para a legitimação do extrativismo para a manutenção de uma produção acelerada, com alto dispêndio de força humana de trabalho e baixo custo de investimento (Ferdinand, 2022 e Moore, 2022).

No caso de assistentes sociais que atuam diretamente com a temática aqui discutida, a exemplo a consultoria de estudos socioeconômicos, seja para regularização fundiária ou instalação de atividades extrativistas com impactos ambientais e sociais na localidade, e até mesmo a liberação de benefícios pontuais para atenuar situações humanas emergenciais decorrentes de eventos climáticos extremos; o nível de aproximação a esses debates manipula a consciência e a determinação dos instrumentos de trabalho, o direcionamento da finalidade do seu exercício entre outras coisas. No âmbito das políticas públicas, a atuação é atravessada pela contradição entre serviços que viabilizam o acesso a direitos e a iminente coerção e controle social que esses mesmos serviços expressam, pois podem impor restrições à vida. Cabe aos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

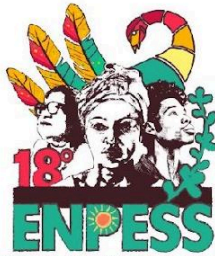
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

espaços formativos em Serviço Social participar da busca por estratégias que substituam práticas reiterativas muitas vezes ingênuas às capilaridades da crise climática para os usuários do Serviço Social.

Importa ressaltar que a teoria marxista é capaz de dar suporte a atuação profissional de Assistentes Sociais requisitados a trabalhar com a questão ambiental e/ou climática, uma vez que atuamos no âmbito da reprodução social e, dado o caminho desastroso que o capitalismo tem conduzido a humanidade, porquê o que interessa ao capital é a manutenção da acumulação privada da riqueza socialmente produzida, mesmo se isso for as custas de todas as formas de vida na Terra. Portanto, se faz necessário munir essa conduta com as contribuições ideopolíticas já calejadas do Serviço Social durante a formação acadêmica. Para tanto, interessa uma investigação curricular para suprir a dificuldade de apreender a seriedade do intercâmbio entre as relações sociais e o meio ambiente de forma determinante para a sustentação da vida em sociedade.

Necessidades que nascem na raiz da estrutura capitalista e exigem, portanto, interpretações radicais quanto a maneira como que se materializam em fenômenos individualizados no decorrer de um atendimento em espaço sócio ocupacional do Serviço Social convida a/o/e profissional que seja definido um percurso contrário ao da naturalização das miudezas de violações cotidianas (Yazbek, 2014). Ou seja, durante um atendimento, demandas que emergem como particulares na verdade reúnem um acúmulo de partículas da realidade concreta de um sistema pautado na violação. Sendo assim, profissionais do Serviço Social precisam dispor no seu horizonte intelectual a instrumentalidade que propicie ação atinente ao Projeto Ético Político. Se não somos estimulados a compreender os fundamentos históricos das mudanças climáticas e sua relação com a produção e reprodução da vida humana e a forma como que se manifesta na prática profissional estamos fadados ao vejo mas não percebo individual e/ou coletivamente os seus detalhes.

O questionamento “por que atender determinada demanda” é, na verdade, um processo investigativo que permite nortear as possíveis finalidades da profissão. Por meio de um fenômeno aparentemente individual uma demanda ampla é invocada e imediatamente solicita ao profissional que provoque teleologicamente um entrosamento de suas dimensões ético-política; técnico-operativa; teórico-metodológica; e investigativa para dar resposta, visto que são as respostas que legitimam a profissão (Gonçalves, 2022). Ao associar essas dimensões será



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possível materializar uma interferência na realidade que, de preferência, não endossa um projeto de violência.

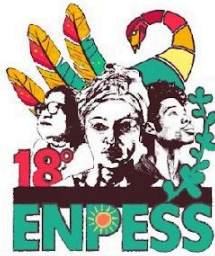
Conclusão

O debate acerca dos desastres ambientais produzidos pelo capitalismo tem assumido uma relevância tamanha, visto que vidas estão sendo ceifadas, tal como a tragédia ocorrida no primeiro semestre de 2024 no Rio Grande do Sul. Este tema é algo que perpassa a história dos locais que foram colonizados, visto que desde 1500 a produção imposta pelo ocidente colonizador já se configurava como algo insustentável do ponto de vista ecológico, no Brasil, por exemplo, iniciou-se uma busca predatória pelas riquezas naturais, em seguida estabeleceu-se um modelo agrícola produtivo baseado na monocultura em grandes latifúndios para a exportação. A monocultura é algo que vai contra as leis da natureza, visto que o equilíbrio ocorre justamente pela diversidade de vidas que existe no meio ambiente, e quando se impõe apenas uma cultura, muitas vidas irão, inevitavelmente, desaparecer e como nada disso se alterou em 500 anos e somando o desenvolvimento tecnológico voltado para a acumulação de capitais, a natureza está chegando ao seu limite e o desequilíbrio, o qual é produzido socialmente pelas relações capitalistas, produz desastres, que por sua vez impactam majoritariamente na vida de pessoas pobres, pois são essas mesmas pessoas que não possuem alternativas quando o rio sobre e inunda as casas, quando os tornados destroem os lares e assim por diante.

Desse modo, nosso argumento caminha no sentido de demonstrar, que, tendo por referência a teoria social crítica, torna-se possível analisar os denominados desastres ambientais como resultados da interação humana, em uma sociedade que visa apenas os lucros, e dada a desigualdade social, a qual é constituinte da lógica do capital, quem mais sofrerá os impactos desses desequilíbrios, serão as pessoas mais pobres, justamente porque a capacidade de fazer escolhas no capitalismo fica limitada ao poder aquisitivo que se tem.

Referências bibliográficas

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,s em%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais >. Acesso em 31/mar/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm . Acesso em 31/mai/2024.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do assistente social.** Lei, v. 8, p. 93, 1993.

CORATO, Carmen. **Capitalismo, Racismo e Conservadorismo: Análise crítica das particularidades da formação social brasileira.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022

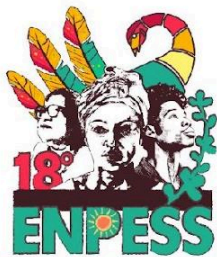
GONÇALVES, Luciana. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.** In Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social org. CFESS. Brasília: CFESS, 2022.

MOORE, J. W. (Ed.). (Ano). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo.** 2022

MOTA, A. E. **Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento.** In: Katálysis, Florianópolis, v.16, n. esp., p. 17-27, 2013.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar.** São Paulo: Odysseus, 2007.

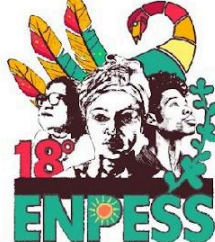
SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**